



Número 253
24 de março de 2021

**Uma visão panorâmica das empresas
estatais federais e possibilidades de
atuação no pós-pandemia**

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Sumário executivo

- A retomada do processo de privatização de empresas estatais federais pelo Governo Temer e sua continuidade no governo Bolsonaro vem sendo envolta por uma névoa ideológica, com base em críticas a um suposto “estado-empresário” e a um “rombo provocado pelas estatais”, entre outras mistificações. Além disso, esse processo não foi precedido do necessário debate com a sociedade brasileira;
- Em verdade, a União controla diretamente um conjunto reduzido de empresas que, por sua vez, controlam outras empresas subsidiárias. O valor dos ativos, patrimônio líquido e empregos dessas empresas estão concentrados em poucos conglomerados que atuam nos setores de energia e financeiro, como os grupos Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. No que se refere aos empregos, também se destacam os Correios e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
- Um olhar atento sobre essas empresas - sua história, sua expertise, suas áreas de atuação, seu papel e os programas que desenvolvem - permite avaliar sua importância para a promoção do desenvolvimento econômico e social nacional. A título de exemplo, o crédito bancário ofertado pelos bancos públicos promove a redução das desigualdades regionais; a energia hidroelétrica gerada pelas usinas controladas pelo Estado é base para a oferta desse serviço essencial; e a exploração da camada do pré-sal dá contribuição inigualável ao avanço tecnológico do país.
- Neste momento de aguda crise sanitária e socioeconômica em escala global, as estatais podem, também, fazer parte de um esforço de recuperação e desenvolvimento nacional. Em diversos países, Estados nacionais vêm lançando pacotes bilionários de incentivo e apoio ao setor privado, e as estatais brasileiras podem - e devem - participar deste processo. A título de exemplo, tal contribuição pode se dar por meio da ampliação dos investimentos, induzindo, em consequência, investimentos privados; por meio da expansão do crédito pelos bancos públicos ao capital de giro e à ampliação da capacidade instalada; e, no caso das grandes empresas Petrobras e Eletrobras, por meio da liderança no país do processo de transição energética, já iniciado nos países desenvolvidos.

Uma visão panorâmica das empresas estatais federais e possibilidades de atuação no pós-pandemia

Desde 2014, com a deflagração da chamada Operação Lava Jato, voltou a ganhar terreno no Brasil o discurso favorável às privatizações, que pautou os debates travados na década de 1990, quando esse processo se iniciava. Todavia, foi a partir de 2016, com a guinada em direção ao neoliberalismo radical promovida pelo governo Temer¹, que o projeto de privatização foi retomado efetivamente, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.

Dando continuidade ao governo anterior, Bolsonaro e autoridades econômicas têm buscado ampliar e intensificar o PPI. Visando criar o clima político apropriado a esse intento, têm produzido e difundido informações que, em vez de contribuírem para a qualidade do debate sobre uma questão tão complexa, findam por confundir e desorientar a população em geral. A Secretaria de Desestatização, criada no atual governo, tem divulgado reiteradamente números supostamente alarmantes acerca das empresas estatais para validar politicamente a defesa da venda do patrimônio público, em meio, inclusive, à crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus. O antigo secretário da pasta² chegou a afirmar, por exemplo, que o “estado-empresário” brasileiro “participava” em cerca de setecentos ativos ou, a depender do que se computasse, de mil ativos (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020), induzindo à falsa interpretação de que foram criadas nos governos anteriores centenas de empresas estatais federais. Nessa contabilidade inapropriada, estão, por exemplo, além das empresas controladas diretamente pela União (bem como suas subsidiárias), toda a sorte de participações minoritárias, como aquelas relacionadas à atuação do braço de investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES e do Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS).

¹ O conjunto de propostas de reformas de cunho neoliberal, parcialmente implementado pelo governo Temer, havia sido antecipado já em outubro de 2015, em documento divulgado pelo PMDB, intitulado “Uma ponte para o futuro” (PMDB, 2015).

² Em agosto de 2020, o Secretário deixou o governo, sob a alegação de que o processo de desestatização estava lento (BRAZIL JOURNAL, 2020).

Da mesma forma, afirmou-se haver um suposto “rombo” nas contas das estatais (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020a), com base em um argumento que, por um lado, agrega - sem as devidas ressalvas - subvenções, aportes de capital e empréstimos concedidos às empresas estatais e, por outro lado, ignora os dividendos pagos por essas empresas à União - em valores muito superiores ao referido “rombo”.

Exageros retóricos à parte, deve-se ressaltar que, quando se trata do número total de empresas estatais federais, é comum haver discrepâncias nos dados tornados públicos, inclusive, entre diferentes órgãos do Poder Executivo Federal. Essas discrepâncias podem ser associadas, em grande medida, à complexidade e à dinâmica das estruturas societárias que envolvem a operação dos negócios das principais empresas controladas pela União.

De maneira resumida, isso ocorre porque: (1) as empresas controladas pela União são em sua maioria organizadas em *holdings* que controlam outras empresas (denominadas empresas subsidiárias) e possuem participações societárias minoritárias relevantes em outras empresas (denominadas empresas coligadas); (2) há eventuais sobreposições de participações, como as participações diretas da União de forma minoritária em algumas empresas, privadas e estatais (federais e estaduais); e (3) existem as empresas denominadas Dependentes da União, que apesar de possuírem personalidade jurídica empresarial, muitas vezes têm funções típicas de agências governamentais.

Nesta Nota Técnica, pretende-se apresentar, de forma sucinta, o universo das empresas estatais federais brasileiras³, que é constituído fundamentalmente por um conjunto bastante restrito de conglomerados estatais. Em seguida, destaca-se o importante papel que essas empresas têm e vêm cumprindo, há décadas, no desenvolvimento do país. Por fim, são levantadas possibilidades de contribuições das estatais federais brasileiras para uma nova agenda de crescimento e desenvolvimento nacional.

³ Considerando as limitações de espaço e objetivos desta Nota, não será possível apresentar separadamente todas as empresas federais, tampouco abordar um conjunto importante de empresas controladas por governos estaduais e governos municipais.

Visão geral das empresas estatais federais brasileiras

De acordo com os últimos dados consolidados e disponibilizados pela Secretaria de Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia (Sest), em 2019, existiam duzentas empresas estatais federais com informações cadastradas, sendo 46 delas controladas diretamente pela União. Dessas, 37 eram empresas públicas, isto é, com capital de propriedade exclusiva da União.

A União também possuía o controle direto de nove empresas de economia mista (empresas que contam com a participação de capital privado, mas cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União), tanto de capital aberto (aquelas listadas em bolsa de valores), quanto de capital fechado.

Cabe observar que, a despeito da distinção quanto à participação do capital, tanto as empresas públicas quanto as de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado e estão submetidas, portanto, às mesmas regras impostas às empresas privadas, além de serem subordinadas a regras específicas do setor público, como a lei das estatais e o controle do Tribunal de Contas da União – TCU.

Das nove empresas de economia mista com controle direto da União em 2019, seis eram de capital aberto e três, de capital fechado. Além das empresas sob controle direto da União, estavam registradas no banco de dados da SEST mais 154 subsidiárias, que são as que estão sob controle indireto da União, sendo 43 da Petrobras e do Banco do Brasil, sediadas no exterior.

Essas duzentas empresas detinham, em 2019, um total de ativos de R\$ 4,8 trilhões, um patrimônio líquido de R\$ 711,4 bilhões e empregavam diretamente cerca de 477 mil trabalhadores. Desse total, 144 empresas estavam classificadas no setor produtivo estatal; 38, no setor financeiro estatal; e 18, como Dependentes da União.

As empresas do setor produtivo são aquelas produtoras de bens e serviços não financeiros; as empresas do setor financeiro são bancos comerciais e de desenvolvimento; e as empresas “Dependentes” do Tesouro Nacional são as que têm seus orçamentos de dispêndios, inclusive o de investimento, integrados ao Orçamento Fiscal.

A Tabela 1, a seguir, apresenta indicadores selecionados das empresas estatais federais, segundo essa categorização. Nota-se que enquanto as empresas do setor

financeiro⁴ concentram 73% dos ativos estatais, seu patrimônio líquido corresponde a 41% do total. Por outro lado, as empresas Dependentes, embora tenham pequena participação nos ativos e no patrimônio, representam 17% dos empregos próprios.

TABELA 1
Indicadores selecionados das empresas estatais federais, segundo categoria, Brasil, 2019

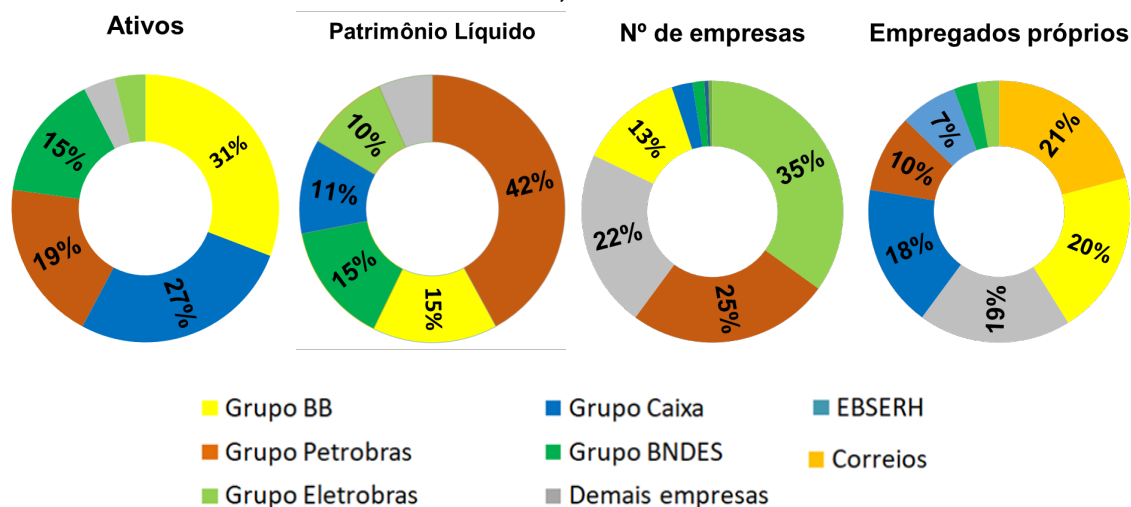
Categoria	Nº de empresas	Ativo		Patrimônio Líquido		Empregados	
		R\$ bilhões	Em %	R\$ bilhões	Em %	Quantitativo	Em %
Setor produtivo	144	1.104	23,1	370	52,0	203.162	42,6
Setor Financeiro	38	3.490	73,1	294	41,3	194.615	40,8
Dependentes	18	183	3,8	47	6,7	78.867	16,6
Total	200	4.777	100,0	711	100,0	476.644	100,0

Fonte: Ministério da Economia / Panorama das Estatais
Elaboração: DIEESE – GT Estatais

O Gráfico 1 apresenta a participação relativa dos grandes grupos nesses mesmos indicadores. Conforme é possível observar, os ativos (96%) e o patrimônio líquido (93%) estão concentrados nos cinco maiores grupos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Petrobras e Eletrobras. Os grandes grupos do setor financeiro respondem por 73% dos ativos, enquanto a Petrobras, sozinha, responde por 42% do patrimônio líquido total. Do total de empresas, 60% pertencem aos Grupos Petrobras e Eletrobras. No que diz respeito ao número de empregados próprios, sete grupos / empresas concentram 81% do total. Os Correios possuem o maior percentual dos empregados (21%), seguidos por Banco do Brasil (20%) e da Caixa Econômica Federal (18%). A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, empresa dependente, também se destaca quanto ao número de empregados, com 7% do total.

⁴ Deve-se lembrar que, em se tratando de bancos, públicos ou privados, parte relevante dos ativos é de propriedade de terceiros, como depósitos à vista e a prazo.

GRÁFICO 1⁵
Participação % dos principais Grupos Estatais no conjunto das estatais federais, Brasil, 2019



Fonte: Ministério da Economia / Panorama das Estatais
Elaboração: DIEESE – GT Estatais

Assim, apesar da quantidade total de empresas alcançar duas centenas, é evidente que tanto os valores dos ativos, quanto do patrimônio líquido e, em menor escala, o próprio número de empresas, estão concentrados nos cinco maiores grupos e em dois setores - financeiro e de energia. Vejamos agora, então, cada um desses setores de atuação.

Setores de atuação das estatais federais

Setor produtivo estatal federal

O setor produtivo estatal é composto por empresas que atuam em atividades de energia elétrica, petróleo, gás e derivados, comércio e serviços, indústria de transformação, portuário, tecnologia da informação e outros (inclusive com empresas do grupo Banco do Brasil). No entanto, os ativos e o patrimônio líquido estão concentrados na área de energia, na qual, juntos, os grupos Petrobras e Eletrobras representam aproximadamente 95% do total do setor produtivo estatal.

A **Petrobras** (1953) é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o governo brasileiro. Está entre as maiores empresas do Brasil e da América

⁵ É preciso considerar que os dados agregados são de 2019 e, desde então - ainda que em ritmo inferior ao pretendido pelo governo devido à pandemia - ocorreram novas privatizações, como é o caso da venda da RLAM pela Petrobras.

Latina em valor de mercado e é a maior no setor de petróleo (VALOR ECONÔMICO, 2020). Atua na exploração e produção de petróleo e gás natural, no refino, na geração e comercialização de energia e no segmento de logística. Dois eventos relativamente recentes permitem aquilatar sua importância. Em 2006, como resultado do grande volume de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a empresa descobriu as enormes reservas de petróleo na camada do pré-sal, realizando a maior descoberta de petróleo no planeta nas últimas décadas (PETROBRAS, 2006). Posteriormente, em 2010, arrecadou R\$ 120,36 bilhões (US\$ 70 bilhões, à época) em sua oferta de ações, também a maior ocorrida no mundo até então, garantindo os recursos necessários para a exploração do pré-sal.

Assim, nos anos seguintes, tornou-se ainda mais importante para o desenvolvimento nacional, seja por seu nível de investimentos diretos, seja como principal demandante da política de conteúdo nacional, criando uma extensa cadeia de fornecedores em todo o país. Atualmente, apesar de toda a mudança na atuação da empresa – como alienação de patrimônio e redução do nível de investimentos –, mantém-se sua relevância excepcional, com a produção de 93% do petróleo e gás do país e 99% do total refinado (ANP, 2020).

A **Eletrobras (1962)** também é uma *holding* de economia mista, com 31 empresas. É a maior empresa de energia elétrica da América Latina, responsável por boa parte da interligação do sistema elétrico nacional. Em 2018, por meio de participação minoritária, tinha parceria com o setor privado em dezenas de sociedades de propósito específico (SPE), dentre elas as usinas hidrelétricas (UHE) de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau⁶.

A companhia responde por cerca de 30% da geração e 50% da transmissão de eletricidade no país e controla empresas com participação regional ímpar, tal como Furnas (1957); Chesf (fundada em 1945); UHE binacional de Itaipu (1974) - segunda maior geradora de energia elétrica do mundo -; e as duas usinas termonucleares brasileiras - Angra I (1985) e Angra II (2001). Mais de 90% da capacidade instalada de geração da Eletrobras baseia-se em fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa.

⁶A SPE é uma modalidade de negócios que busca isolar riscos, além de evitar que os administradores tenham discricionariedade sobre a utilização do fluxo de caixa, permitindo ao agente regulador a obtenção de informações mais precisas sobre o desempenho econômico-financeiro da concessão. Note-se que a participação da Eletrobras nesses empreendimentos foi decisiva para sua viabilização.

Outro grupo de destaque no setor produtivo estatal é constituído pelos **Correios – ECT** (1969⁷). Trata-se de uma empresa pública com atuação em todos os municípios do país, por intermédio de suas 12 mil agências e de seus mais de 100 mil empregados. Além dos serviços de entrega de correspondências, pelos quais são conhecidos por toda a população, os Correios atuam em outras áreas, tal como exportação e importação, banco postal, emissão de documentos e também como braço do Estado na distribuição de vacinas, na entrega de provas (ENEM, por exemplo) e de milhões de livros didáticos. No momento atual, de expansão vertiginosa do comércio eletrônico e de reconfiguração dos setores de comércio e logística em nível internacional, todos esses serviços assumem uma dimensão ainda mais estratégica para o país.

Já na atividade de tecnologia da informação (TI), cabe realçar o **Serpro** (1964) e a **Dataprev** (1974), empresas públicas controladas diretamente pela União que contam, respectivamente, com 9,2 mil e 3,6 mil empregados. Ambas são responsáveis pelos sistemas de armazenamento e processamento de dados da maior importância para o funcionamento da administração pública federal, a exemplo dos dados da Receita Federal e da Previdência Social, incluindo-se o cadastro e os pagamentos mensais dos benefícios previdenciários a dezenas de milhões de brasileiros. Também são responsáveis pelo desenvolvimento e gestão de soluções de TI para a oferta crescente de serviços digitais, especialmente no âmbito do e-governo, como é o caso da Carteira Digital de Trânsito.

Mas, para além dessas razões, é preciso mencionar dois outros aspectos cruciais que justificam a manutenção dessas empresas sob o controle da União. Em primeiro lugar, evita-se que a privacidade de - potencialmente - toda a população brasileira possa vir a ser exposta a empresas privadas, inclusive multinacionais. Em segundo lugar, e talvez ainda mais relevante, evita-se entregar ao setor privado - especialmente às grandes empresas internacionais de tecnologia da informação - informações estratégicas que permitam não apenas conhecer profundamente os dados privados de cada cidadão ou cidadã brasileiros, como também, através do uso das tecnologias de *psicometria* e *microtargeting* (micro segmentação), promover manipulação em larga escala para fins comerciais e, até mesmo, para fins militares, ferindo gravemente a soberania nacional.

7 Destaque-se, todavia, que as origens da empresa remontam a 1663, quando foi criado o Correio-Mor, serviço postal oficial do país.

Setor financeiro estatal federal

Também estão sob o controle do governo federal empresas do setor financeiro com atuação nacional ou regional. Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco da Amazônia e a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, cada qual têm longa lista de serviços prestados ao país em sua área de atuação e cobertura.

O **Banco do Brasil** (1808)⁸ é uma empresa com mais de 200 anos de existência e atuou como autoridade monetária até a criação do Banco Central do Brasil, em 1964. Consiste em *holding* de economia mista com participação majoritária da União, tendo o restante das ações divididas da seguinte forma: 28% com proprietários privados domésticos, 21% com estrangeiros e 0,5% em tesouraria. O BB controla 17 subsidiárias e está presente em mais de 99% dos municípios do Brasil, entre pontos de atendimento e rede de mais de 4,3 mil agências, além de estar fisicamente instalado em outros 16 países. Entre os diversos segmentos em que atua, destaca-se o papel central que cumpre no financiamento à agricultura familiar (Pronaf), ao agronegócio brasileiro e suas exportações, aos investimentos e à aquisição de moradia popular.

A CEF (1861) é uma empresa pública presente em quase todo o país. São 4,2 mil pontos de atendimento, entre agências e postos. Tal qual o Banco do Brasil, sua atuação é diversificada, mas é amplamente reconhecida por suas linhas de crédito direcionadas ao financiamento habitacional e ao financiamento de investimentos em saneamento básico. Criada com o objetivo de captar a chamada “poupança popular” para financiar o desenvolvimento urbano e social, a CEF tem 100% de suas ações sob controle estatal e atua em diversos segmentos por meio de suas quatro subsidiárias: Caixa Participações, Caixa Seguridade, Caixa Loterias e Caixa Cartões. Essa estrutura cria as condições para sua atuação como principal agente das políticas públicas do país, permitindo que participe diretamente da execução de programas de grande alcance social e territorial. Além de banco comercial, a CEF é responsável pela gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Programa de Integração Social (PIS), pelo Seguro-Desemprego e

⁸ O “primeiro” Banco do Brasil atuou até 1929. O “segundo”, criado em 1851/53, perdura até os dias atuais.

por programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Sua grande capilaridade e presença em um território com mais de oito milhões de quilômetros quadrados permitem que as políticas sociais cheguem a quem mais precisa, como a política de auxílio emergencial adotada durante a crise sanitária provocada pela covid-19.

O **BNDES** (1952) tem sua história notadamente associada ao processo de industrialização e desenvolvimento do país. Essa empresa pública federal, controladora do BNDES Participações (BNDESPAR) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), possui sede no Rio de Janeiro e atende em várias outras localidades por meio de parcerias institucionais com entidades empresariais, desempenhando o papel ímpar no sistema financeiro nacional de provedor de crédito de médio e longo prazo para projetos nas áreas de infraestrutura, agropecuária, exportação, inovação, desenvolvimento regional, micro e pequenas empresas, dentre outras áreas de atuação. Para além dessa função fundamental, é importante lembrar que o grupo BNDES possui participações no capital de empresas estatais e privadas. Essas participações permitem que o Banco, por um lado, transfira para a União parte dos dividendos recebidos dessas empresas (inclusive de empresas estatais) e, por outro, viabilize o desenvolvimento do mercado de capitais no país.

O **BNB** (1952) é uma empresa de economia mista criada para ofertar crédito à população do chamado “polígono das secas”, região que abrange todos os estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Essa empresa - por meio de agências físicas, agências itinerantes e agentes - está presente em cerca de dois mil municípios. Sua principal finalidade é a promoção do desenvolvimento regional, mediante financiamento de projetos de empresas, cooperativas e pessoas físicas em diversos segmentos de atividade, tal como agricultura familiar, agronegócio, turismo e indústria. Entre os programas disponibilizados pelo BNB, destaca-se o chamado CrediAmigo, um amplo programa de microcrédito voltado à promoção do desenvolvimento e estruturado sob parâmetros de um ofertante público.

Empresas Dependentes do Tesouro Nacional

As 18 empresas denominadas “dependentes” têm seu orçamento de dispêndios integrado ao orçamento fiscal do governo federal. A designação “dependente” pode induzir a erro de avaliação quanto à sua importância e ao papel que cumprem em prol da

sociedade brasileira, na prestação de serviços à população, no desenvolvimento de pesquisas e de tecnologia e na formação de profissionais da mais alta qualificação.

Em função de conveniência administrativa, esses entes são organizados como empresas, mas, dada a natureza das ações que realizam, poderiam, ao menos em parte, estar organizados segundo outro regime jurídico, inclusive abrigados na administração direta, tal qual ocorre em outros países.

É o caso, por exemplo, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – **EBSERH** (2011), uma das mais recentes empresas criadas pelo governo federal. Dotada do maior orçamento neste grupo de empresas (em 2018), seu objetivo consiste em dar continuidade à prestação de serviços de assistência médica à população, no âmbito do SUS, e em prestar serviços às instituições de ensino, pesquisa e formação de profissionais no campo da saúde pública, com base em sua rede de 40 hospitais universitários federais (HUFs). Por esses hospitais - que realizam atendimento gratuito, inclusive em procedimentos de alta complexidade -, passam anualmente dezenas de milhares de estudantes de medicina, residentes e pesquisadores.

Outra empresa pública classificada como “dependente” é a **Embrapa** (1973). Com o segundo maior orçamento neste grupo de estatais, sua atuação, que abrange praticamente todo o território nacional, contempla tanto o desenvolvimento de atividades de pesquisa agropecuária quanto a produção de soluções tecnológicas para a agricultura familiar, agronegócio e preservação do meio ambiente⁹. A empresa é amplamente reconhecida como decisiva para a elevação dos ganhos de produtividade obtidos na produção de alimentos e para o aumento contínuo da competitividade do agronegócio brasileiro no cenário internacional.

Com orçamentos bastante menores, vale ainda mencionar as empresas **Amazul** e **INB**. A Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA – **Amazul** (2013) é uma empresa subordinada ao Comando da Marinha e foi criada para desenvolver, transferir e manter as tecnologias necessárias ao Programa Nuclear da Marinha, ao Programa de

9 A título de ilustração do grau de excelência de seu corpo técnico, vale mencionar que uma pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente fez parte da equipe do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC) que venceu o Nobel da Paz, em 2007, “pelos dados científicos e a disseminação do conhecimento sobre as mudanças climáticas globais”. Disponível em <https://www.embrapa.br/meio-ambiente/premios-e-certificados>

Desenvolvimento de Submarinos e ao Programa Nuclear Brasileiro. Sua atuação está mais especificamente voltada à tecnologia nuclear para fins de defesa e usos pacíficos.

Já a Indústrias Nucleares do Brasil – **INB** (1980) - empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia - foi criada para dar seguimento às iniciativas governamentais de desenvolvimento de tecnologia própria para a produção de energia nuclear. Sua atuação permite ao Brasil integrar um seleto grupo de países detentores da capacidade tecnológica para dominar todo o “ciclo do combustível nuclear”, processo que envolve desde a atividade de mineração até a produção do combustível que abastece as usinas nucleares Angra I e II.

Feita essa breve apresentação, a próxima seção procura discutir o papel que empresas estatais federais podem vir a desempenhar para a reativação da economia, tanto durante este problemático período de pandemia, quanto – passado o momento de exceção - em uma agenda que vise à promoção do desenvolvimento nacional.

O papel das estatais federais na ampliação do crédito e do investimento no Brasil

As empresas controladas pelo Estado são propriedade de governos nacionais e subnacionais e atuam em vários setores de atividade, exercendo papel econômico relevante não apenas no Brasil, mas em diversos países¹⁰. Expressam uma combinação de interesses sociais e econômicos estratégicos, muitas vezes relacionados à soberania nacional, e são resultado de décadas de desenvolvimento institucional, atuando de forma determinante na implementação de políticas industriais, no desenvolvimento regional e no fornecimento de bens e serviços dos assim chamados monopólios "naturais", entre outras ações (DIEESE, 2018). No período recente, a participação dessas empresas tem crescido no comércio e investimento internacionais (OECD, 2018).

No Brasil, a evolução das empresas estatais federais esteve diretamente relacionada à trajetória de desenvolvimento econômico e social, com contribuição central nas diferentes etapas do processo de industrialização, de Getúlio Vargas ao período da

10 O conjunto dos países da OCDE (membros e convidados - exceto a China) possuía 2.467 empresas estatais em 2015, com valor de mercado estimado em US\$ 2,4 trilhões e mais de 9 milhões de empregados. Diante do tamanho e da quantidade de suas empresas estatais, a China pode ser considerada um “universo” à parte: em 2015 possuía 51 mil estatais, somando US\$20,0 trilhões de valor de mercado e 20 milhões de empregados (OECD, 2017).

ditadura militar. Na década de 1980, tiveram papel ativo na política de estabilização macroeconômica e no processo de estatização da dívida externa. Com o processo de privatização, que ocorreu na década de 1990, o Estado deixou de participar de setores importantes como os de siderurgia, mineração e telecomunicações. Nos anos 2000, contudo, sobretudo após a crise financeira internacional de 2008, as estatais federais remanescentes retomaram parte de seu papel de destaque, por meio da execução ou do financiamento de grandes projetos de investimentos e, no caso do setor financeiro, da ampliação do crédito às famílias e às empresas. Desde 2016, em nova inversão da agenda, os governos vêm agindo deliberadamente para reduzir a atuação das empresas estatais e alienar seu patrimônio, principalmente pelo chamado “fatiamento” das *holdings*, ou seja, pela venda das subsidiárias, sem necessidade de autorização legal, conforme decisão recente do Supremo Tribunal Federal - STF.

Com a brutal crise gerada pelo novo coronavírus, novamente se evidencia o papel que as estatais podem vir a desempenhar. Além de ter custado a vida de quase 2,5 milhões de pessoas em todo o planeta, desde o início de 2020¹¹, os desdobramentos da covid-19 se fizeram sentir com muita força sobre a economia, reduzindo fortemente as atividades do setor produtivo, gerando riscos ao setor financeiro, provocando falências e uma brutal elevação do nível de desemprego e pobreza.

Muito da capacidade de resposta de cada país a essa catástrofe está inexoravelmente ancorada tanto em sua institucionalidade e estrutura econômica, quanto nas decisões que cada governo tem tomado a partir delas. É justamente nesse sentido que se coloca o potencial de atuação do Estado, com destaque para as empresas que controla, caso sejam adequadamente fomentadas e financiadas.

Ao redor do mundo, as respostas estatais à crise do novo coronavírus têm sido dadas por muitas vias: programas de transferência de renda, medidas de injeção de liquidez, programas de apoio a setores econômicos mais afetados e programas de investimentos, entre outras. Governos alinhados com os mais diversos matizes ideológicos vêm empreendendo enormes pacotes de estímulo em suas economias. Em vários países, ao invés de responderem aos problemas fiscais decorrentes da crise com a

11 Posição em 26/02/2021.

venda de suas empresas, os governos têm agido incisivamente no sentido contrário, reforçando-as e até estatizando empresas privadas em dificuldades.

No Brasil, as empresas controladas pelo Estado poderiam viabilizar várias ações na mesma direção. A título de reflexão, apresentam-se, em seguida, algumas dessas possibilidades.

As estatais federais e o investimento agregado

O estado brasileiro tem tido papel importante na determinação do nível de investimento agregado (Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF) do país e nos períodos de crescimento econômico, atuando diretamente por meio de suas empresas estatais e, indiretamente, como indutor do investimento privado. Os dados sumarizados na Tabela 2, relativos ao período 2000 a 2019, ilustram a importância da presença do Estado nos investimentos. Entre 2010 e 2014, o valor médio investido anualmente pelas estatais federais alcançou a cifra de R\$145,7 bilhões – o maior valor registrado nos subperíodos de cinco anos analisados.

TABELA 2
Investimento das estatais federais, Brasil, 2000 a 2019. Média anual

Período	Investimento das estatais	Taxa de investimento (PIB / FBCF)	Investimento das estatais / PIB	Investimento das estatais / FBCF
	R\$ milhões ⁽¹⁾	%	%	%
2000-2004	47.258	17,7	1,1	6,4
2005-2009	89.249	18,1	1,6	8,7
2010-2014	145.711	20,5	2,0	9,6
2015-2019	75.061	15,7	1,0	6,3

Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais; Ministério da Economia. Boletim das Empresas Estatais Federais

Elaboração: DIEESE – GT Estatais

Nota: 1) Valores a preços de dezembro de 2020.

Foi também nesse subperíodo que se atingiram as maiores proporções em relação ao investimento agregado (9,6% da FBCF) e ao Produto Interno Bruto - PIB (2,0%) e que a taxa de investimento alcançou seu maior patamar, de 20,5%. As mudanças nessas proporções sugerem que o aumento do volume de investimentos das estatais produz impactos significativos no total de investimentos da economia, que vem a ser, por seu turno, uma das variáveis mais relevantes em um processo de crescimento sustentado.

Do ponto de vista qualitativo, também se percebe a relevância do investimento público e de suas empresas, especialmente em países como o Brasil. Segundo o Fundo

Monetário Internacional, (FMI, 2020), em 2017, a participação privada no investimento em infraestrutura nas economias emergentes e de renda baixa foi de somente 17%, enquanto a participação das empresas estatais e dos governos foi de, respectivamente, 55% e 28%.

Ademais, diante da piora no quadro econômico e da elevação do grau de incerteza, como ocorre na atual situação, o setor privado tende a retrain seus investimentos, o que gera impactos negativos adicionais sobre os empregos e a renda. Ao passo que as empresas privadas necessariamente investem e contratam baseadas em expectativas de rentabilidade futura, buscando taxas de retorno cada vez maiores e em prazos cada vez mais curtos, as estatais - embora levem em conta aspectos relacionados à sua rentabilidade no médio e longo prazo - podem e devem também, em razão de sua condição institucional, atuar de maneira distinta, operando, quando necessário, de forma anticíclica e, sempre, como promotoras do desenvolvimento socioeconômico.

No presente momento, a atuação do estado objetivando a superação da crise voltou a ser incluída no rol de medidas essenciais, tendo sido indicadas até mesmo pelos organismos multilaterais mais insuspeitos de pregarem a intervenção econômica estatal. Nessa direção, recentemente, a Comissão Europeia, em nome dos governos dos países do bloco, apresentou um grande plano econômico (de dois trilhões de euros), denominado Plano de Recuperação Europeu, organizado em três eixos, sendo o principal, em termos de volume de recursos, aquele que prevê o apoio ao investimento estatal (IEDI, 2020).

Uma das razões para que os governos desses países tenham desenhado um plano dessa natureza está identificada na literatura econômica. Não é nova a compreensão de que as despesas do setor público são capazes de engendrar efeitos positivos significativos sobre o produto e o emprego no curto prazo. Trata-se do chamado efeito multiplicador fiscal, em que uma variação das despesas governamentais tende a produzir uma variação ainda maior na renda nacional. Publicações recentes (ORAIR & SIQUEIRA, 2018; FMI, 2020a) têm chamado a atenção para o fato de que esse efeito multiplicador tende a ser mais elevado em períodos de crise econômica, impactando positivamente também o emprego e o investimento privado.

Conforme visto na Tabela 2, os dados agregados sugerem que o governo brasileiro tem feito exatamente o contrário nos últimos anos, em um processo que intensifica, por um lado, a contração do nível de investimentos das empresas controladas pela União e,

por outro, a venda de patrimônio, reforçando a tendência contracionista. As empresas estatais, especialmente Eletrobras, Petrobras e Bancos, têm apresentado elevados valores de geração de caixa, reduzidos níveis de endividamento e pago somas vultosas à União a título de dividendos, em detrimento da realização de novos investimentos. Como exemplo, somente em 2019, as cinco maiores empresas estatais federais distribuíram R\$ 27,7 bilhões em dividendos totais, sendo cerca de R\$ 20 bilhões à União e à BNDESPAR.

Nesse contexto, o investimento público estatal poderia ser financiado por uma combinação de recursos próprios - inclusive com o não recolhimento de dividendos à União - e de terceiros, seja via endividamento, seja via parcerias produtivas com o setor privado, como já ocorreu diversas vezes no passado. O financiamento dos investimentos poderia contar com a participação importante de bancos públicos federais, como sugerido no próximo tópico. Esses investimentos, especialmente em momento tão excepcional como o provocado pela crise do coronavírus, poderiam tanto contribuir decisivamente como estímulo de curto prazo à geração de empregos e renda, como também liderar, no médio e longo prazo, um processo de transformações fundamentais em nossa matriz energética, conforme será tratado mais adiante.

As estatais federais e a expansão da oferta de crédito

Um dos impactos quase imediatos da crise sanitária atual, tanto para a população em geral, quanto para micro e pequenos empresários, em particular, foi a brusca interrupção do fluxo de receitas, que tornou necessário o aumento da oferta de crédito para capital de giro, de modo a atenuar a situação. Para se ter uma ideia da importância desses menores empreendimentos, basta mencionar que 66,3% dos vínculos empregatícios do país estão localizados em micro, pequenas e médias empresas (RAIS, 2018). Para a manutenção desses empregos, é fundamental que o crédito chegue a esses estabelecimentos e não apenas a grandes empresas.

A decisão do governo de fornecer condições para que bancos realizem empréstimos, no entanto, não necessariamente permite viabilizar que esses recursos alcancem, com celeridade e a custos razoáveis, quem mais precisa. As medidas de liberação de liquidez anunciadas à época foram da ordem de R\$ 1,2 trilhão, enquanto outras operações de liberação de capital e dispensa de provisionamento poderiam ampliar o crédito em mais R\$ 1,4 trilhão (DIEESE, 2020). A implementação dessas medidas esbarrou, contudo, na estrutura concentrada do sistema financeiro do país e na deliberação dos dois últimos governos de não usar de forma mais efetiva os bancos públicos para a expansão do crédito.

A distribuição do crédito concedido em 2019 é ilustrativa das dificuldades mencionadas. Naquele ano, a Região Sudeste concentrou 51% das operações, seguida da Sul (20%), Nordeste (13%), Centro-oeste (12%) e Norte (4%). No caso das pessoas jurídicas, a concentração foi ainda maior, com a Região Sudeste respondendo por 59% das operações. Além disso, é importante mencionar que 81% do crédito concedido por bancos privados destinam-se a São Paulo¹², enquanto nos demais estados é o crédito originado em banco público que mantém o financiamento à atividade econômica.

Também cabe registrar que, em 2019, apesar das restrições crescentemente impostas, 46% das operações de crédito no Brasil estavam relacionadas a bancos controlados pelo Estado. No caso do crédito imobiliário, cerca de 80% eram originados em bancos públicos, com destaque para a CEF. Também eram provenientes de bancos públicos 71% do crédito rural, principalmente do Banco do Brasil.

12 Dado de dezembro de 2019 (BACEN, 2019).

Devido à opção dos bancos privados de não se estabelecerem em praças menos lucrativas, não seria absurdo afirmar que em muitos municípios do interior o crédito é 100% originado em banco público. Assim, as medidas emergenciais para a liberação de crédito deveriam ter outro desenho para atingir pessoas físicas e microempresários, tendo em vista que Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, entre outros bancos públicos, são as únicas alternativas para grande parte da população.

No caso do BNDES - instrumento público fundamental de atuação anticíclica e que poderia incentivar a retomada da atividade – deve-se, urgentemente, repensá-lo a partir de sua capacidade de direcionar crédito de longo prazo. Fica evidente na atual crise a falta de sensibilidade daqueles que defenderam o fim da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, em 2017, alegando seu caráter discricionário. Isso porque a envergadura do banco e a expertise interna de seu corpo funcional, desenvolvida por décadas, permitiriam ao BNDES cumprir papel fundamental para dar tração à economia no próximo período.

Não por acaso, diversos países do mundo vêm rediscutindo a necessidade de agências e fundos de desenvolvimento a partir da perspectiva de “missão” institucional. Uma dessas missões, por exemplo, seria o financiamento de um amplo programa de energias limpas, visando à transição energética. Essas agências seriam fundamentais ao concederem financiamentos de forma coordenada, com a finalidade de estimular uma sequência de projetos capazes de otimizar recursos públicos e induzir agentes privados a investirem, em função do ciclo de negócios criados.

Essas, entre outras características da estrutura de crédito no país, indicam a necessidade de se utilizar os bancos públicos para a manutenção do emprego e da renda no próximo período. No atual quadro de crise, se tornará ainda mais importante conceber propostas de crédito para apoiar a retomada econômica. A CEF, o BB, o BNDES e outros bancos públicos regionais podem dar contribuição relevante nesse processo, por conta da experiência acumulada e de sua capilaridade no território nacional.

As estatais federais e o processo de transição energética

O debate sobre a transição energética, também chamada transição para uma economia de baixo carbono, ganhou impulso com a pandemia de covid-19. Essa opção, além de fundamental para o enfrentamento da crise ambiental mundial, pode ser de grande importância para a recuperação da atividade econômica. Segundo estudo elaborado pela Agência Internacional de Energia - AIE (2020), em colaboração com o Fundo Monetário Internacional - FMI, a adoção de um programa internacional de recuperação da economia com foco na sustentabilidade ambiental pode gerar cerca de 27 milhões de empregos nos próximos três anos.

Deve-se considerar que a transição energética, uma mudança radical na matriz energética mundial, envolve elevada incerteza, dada sua complexidade e a possibilidade de surgimento de novos riscos e conflitos, o que exigirá um papel central dos Estados no seu planejamento, coordenação e implementação.

Os países desenvolvidos - em especial os europeus - estão atuando para reduzir o uso de energia fóssil e nuclear e incentivar suas empresas a realizarem a transição para uma matriz mais limpa. O principal programa em termos de volume e recursos do plano de recuperação econômica da União Europeia, mencionado anteriormente, consiste exatamente em *“apoio financeiro em grande escala a investimentos públicos e reformas essenciais para uma recuperação sustentável, nomeadamente em áreas verdes e digitais, com objetivo de tornar as economias dos países da UE mais resilientes e melhor preparadas para o futuro”* (IEDI, 2020). Da mesma forma, tem sido bastante noticiado na imprensa especializada em energia o maior interesse das grandes petroleiras do mundo (estatais e privadas) em adquirir ativos voltados para a produção de energia limpa.

Como se sabe, o Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta e a geografia do país proporciona vantagens comparativas na área de energias renováveis. Paralelamente, a descoberta do pré-sal, com seu elevado volume de reservas e capacidade de produção, vem tornando o país grande exportador de petróleo, o que possibilitaria a aplicação de parte dos recursos gerados com essas exportações em um fundo para financiar a implantação de programa de investimentos direcionados para a substituição das fontes de energia fóssil.

As estruturas das empresas estatais federais poderiam ser utilizadas para coordenar esse programa, pois, além de 95% dos ativos do setor produtivo estatal federal

estarem concentrados no setor de energia, conforme já citado, o Estado conta com empresas importantes nas áreas de pesquisa e planejamento, tal como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ademais, a Eletrobras opera diversos ativos estratégicos para a transição energética, como as linhas de transmissão de energia elétrica e os reservatórios hidrelétricos.

No entanto, a despeito da enorme vantagem comparativa do Brasil, não há por parte do governo federal proposta alguma de projeto semelhante aos que estão sendo propostos pelos países desenvolvidos. Ao contrário, ao mesmo tempo em que nega os problemas relacionados à crise climática, o governo federal tem adotado uma política de redução dos investimentos nas empresas estatais federais do setor de energia e vem se desfazendo de ativos e empresas estratégicas, a exemplo da venda da Petrobras Biocombustíveis, empresa que atua em pesquisa e produção de energia renovável e da venda, por parte da Eletrobras, do complexo eólico Campos Neutrais, considerado o maior da América Latina. Além disso, as empresas estatais têm implementado programas de desligamento de mão de obra qualificada, essencial para o planejamento e a execução de novos projetos.

Na contramão do mundo, com o argumento de gerar maior riqueza possível aos acionistas, a Petrobras alega que só investirá em energia renovável quando esta for altamente rentável e puder dominar o setor e o governo federal insiste no projeto de privatização da Eletrobras. Essa política implica enorme risco para o Brasil, tanto pela dependência crescente da exportação de *commodities*, quanto pela perda do controle da operação da transmissão de energia elétrica e dos grandes reservatórios hidrelétricos, além, evidentemente, de desperdiçar a oportunidade de avançar em pesquisas e desenvolvimento de novas fontes de energia renovável.

Referências bibliográficas

- AIE. **World energy outlook special report**. 2020. In collaboration with the International Monetary Fund. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/sustainable-recovery>
- ANP. **Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural**, Brasília, DF, nº 122, out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/boletim-petroleo-e-gn-outubro-2020.pdf>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatística bancária mensal por município**, Brasília, DF, dez, 2019. Disponível em: <https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>
- CAMPOS, Álvaro. Mercado Livre ultrapassa a Vale e se torna a empresa mais valiosa da América Latina. **Valor Econômico**, Caderno de Finanças, São Paulo, 07 de agosto de 2020. Disponível em <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/08/07/mercado-livre-ultrapassa-a-vale-e-se-torna-empresa-mais-valiosa-da-america-latina.ghtml?GLBID=16241b1a84e615cd4c90518c20dc05eb6364649736b6e6b614351454d3165634b756362765a4641397a475a7a6c6248424a4d3450636c5948785f314d5f33422d483159496753486d433374724f64304749594c6f692d7651456245706146306e536b376932673d3d3a303a616c6d656964612e696d7072656e736>
- CORREIOS. **Carta anual de políticas públicas e governança corporativa**. Brasília, DF, maio 2018. Disponível em: <http://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa/pdf/CartaAnualdepoliticaspblicas2018assinadapdf.pdf>
- DIEESE. **Empresas estatais e desenvolvimento**: considerações sobre a atual política de desestatização. São Paulo: DIEESE, 2018. (Nota Técnica, 189). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec189Estatais.html>
- _____. Medidas emergenciais adotadas pelo sistema financeiro nacional devido à pandemia do coronavírus: Covid 19. São Paulo: DIEESE, 2020. (Nota Técnica, 239). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTEc239MedidasSistemaFinanceiro.html>
- FMI. State-owned enterprises: the other government. **Fiscal Monitor**, April 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/04/06/fiscal-monitor-april-2020>
- FMI. **Fiscal Monitor** : Policies for the Recovery, Oct. 2020a. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/09/30/october-2020-fiscal-monitor>
- IEDI. Europa Pós Covid-19: o plano de reativação da União Europeia. **Carta IEDI**, n. 1039. 2020. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1039.html
- MATTAR, Salim. Por que saí do governo. **Brasil Journal**, Economia, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://braziljournal.com/por-que-sai-do-governo>
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Panorama das estatais**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.panoramadasestatais.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=paineldopanamadasestatais.qvw&lang=en-US&host=QVS%40srvbsaiasprd07&anonymous=true>
- _____. Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados. **Apresentação**: o estado empresário, Brasília, DF, 29 jan.2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/janeiro/apresentacao-o-estado-empresario-29-01-2020.pdf/view>

_____. Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados.

Apresentação: a reconstrução do Estado. Brasília, DF, 2020^a. Disponível em:

<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/julho/a-reconstrucao-do-estado-seddm-20-07-20.pdf/view>

_____. **RAIS:** 2018. Brasília, DF, 2018.

OECD. **The size and sectoral distribution of SOEs in OECD and partner countries.** Paris: OECD Publishing, 2017. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/governance/the-size-and-sectoral-distribution-of-state-owned-enterprises_9789264280663-en#page16

_____. **Diretrizes da OCDE sobre governança corporativa de empresas estatais.**

Edição 2015. Paris: OECD Publishing. 2018. Disponível em:

<https://doi.org/10.1787/9789264181106-pt>

ORAIR, R. O.; SIQUEIRA, F. F., 2018. Investimento público no Brasil e suas relações com ciclo econômico e regime fiscal. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 3 (64), p. 939-969, set.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v27n3/1982-3533-ecos-27-03-0939.pdf>

PMDB – FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

PETROBRAS. **Formulário de referência.** Brasília, DF, 2006. Disponível em:

<https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais/>

TEIXEIRA, F. A.; SILVA, G. T. F. Empresas estatais e investimento estrangeiro em infraestrutura no Brasil após a crise financeira Internacional de 2008. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 23. Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis, out. 2019. Disponível em: <http://corecon-sc.org.br/anais-cbe2019/arquivos/anais-cbe2019-4779.pdf>

TESOURO NACIONAL. **Boletim das participações societárias da União**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31379

VILELA, Renata. A quem interessa a privatização dos correios? **Reconta aí**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://recontaai.com.br/atualiza-ai/a-quem-interessa-a-privatizacao-dos-correios/>

Sites visitados:

BANCO DO BRASIL. Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial#/>

BNB. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/>

BNDES. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>

CEF. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Paginas/home-caixa.aspx>

DATAPREV. Disponível em <https://portal2.dataprev.gov.br/>

EBSERH. Disponível em: <http://www2.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh>

ELETOBRAS. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Home.aspx>

EMBRAPA. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>

SERPRO. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/>



Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica

Cloviomar Cararine

Fernando Amorim

Fernando Benfica

Iderley Colombini

Paulo Jager

Sérgio Lisboa

Gustavo Teixeira (consultoria)

Vera Gebrim (revisão)